



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 5 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS				
As três séries . . .	Ano	360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série		140\$	"	80\$
A 2.ª série		120\$	"	70\$
A 3.ª série		120\$	"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Acordo Adicional, assinado em Lisboa em 6 de Setembro de 1951, à Convenção de Comércio e Navegação entre Portugal e a Noruega e ao Protocolo Adicional, assinados em Lisboa em 13 de Novembro de 1931.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 14 366 — Abre créditos nas províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Macau e no Estado da Índia, destinados a reforçar verbas inscritas nas respectivas tabelas de despesas e ao pagamento de diversos encargos.

espécie relativas à atribuição de lugares nos cais, à carga e descarga, aos direitos e taxas de qualquer natureza aplicáveis aos navios, às suas mercadorias ou aos seus passageiros (tais como direitos aduaneiros ou equiparados, direitos de barreira ou de consumo, despesas acessórias), cobrados em nome ou por conta do Governo, das autoridades públicas, dos concessionários ou estabelecimentos de qualquer espécie.

O mesmo tratamento será concedido às empresas de navegação e aos navios portugueses, assim como aos seus passageiros e mercadorias, na Noruega.

ARTIGO 3.º

O tratamento dos navios nacionais ou o de nação mais favorecida não será extensivo:

- a) À aplicação das leis especiais, respeitantes à marinha mercante nacional, que tenham por fim favorecer, por meio de prémios e outras facilidades especiais, as novas construções e o exercício da navegação;
- b) Aos favores concedidos às sociedades de desporto náutico;
- c) Ao exercício do serviço marítimo nos portos, ancoradouros e praias. O serviço marítimo compreende reboques, pilotagem, assistência e salvamento marítimo;
- d) À emigração e ao transporte de emigrantes;
- e) Ao tráfego entre os portos situados nos territórios de cada uma das Altas Partes Contratantes, incluindo os seus territórios dependentes e ultramarinos. O referido tráfego continuará a ser regulado pelas leis em vigor ou que de futuro entrarem em vigor, respectivamente, em cada um dos dois países;
- f) Ao exercício da pesca nas águas territoriais das Altas Partes Contratantes.

ARTIGO 4.º

O texto do n.º 4 do Protocolo Adicional é substituído pelo seguinte:

No restante são aplicáveis as condições habituais de venda da Sociedade Vinmonopolet, de harmonia com as cláusulas da Convenção, entre outras o seu artigo 4.º, § 2.º

ARTIGO 5.º

O presente Acordo Adicional entra em vigor na data da sua assinatura e substitui o Acordo Adicional de 4 de Setembro de 1934 à Convenção de Comércio e de Navegação entre a Noruega e Portugal e ao Protocolo Adicional, assinados em Lisboa a 13 de Novembro de 1931. Continuará em vigor até à expiração de um prazo de seis meses a contar do dia em que um dos dois Go-

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Por ordem superior se publicam os seguintes textos do Acordo Adicional, assinado em Lisboa em 6 de Setembro de 1951, à Convenção de Comércio e Navegação entre Portugal e a Noruega e ao Protocolo Adicional, assinados em Lisboa em 13 de Novembro de 1931:

Acordo Adicional à Convenção de Comércio e de Navegação entre a Noruega e Portugal e ao Protocolo Adicional, assinados em Lisboa a 13 de Novembro de 1931

ARTIGO 1.º

A Convenção de Comércio e de Navegação entre a Noruega e Portugal, assim como o Protocolo Adicional de 13 de Novembro de 1931, continuarão em vigor, com as modificações e aditamentos estipulados nos artigos seguintes.

ARTIGO 2.º

As empresas de navegação norueguesas, assim como os navios noruegueses e os seus passageiros e mercadorias, não serão sujeitos, em Portugal continental, nas ilhas adjacentes e nos territórios portugueses do ultramar, a direitos ou encargos diferentes ou mais elevados, nem a condições ou restrições diferentes ou mais onerosas do que aqueles a que estão ou venham a estar sujeitos os navios portugueses ou de qualquer outro Estado e os seus passageiros e mercadorias.

Esta igualdade de tratamento aplica-se, especialmente, à liberdade de acesso aos portos e sua utilização, ao gozo completo das comodidades concedidas à navegação, às operações comerciais referentes aos navios e suas mercadorias ou passageiros, às facilidades de qualquer

vernos notificar ao outro a intenção de fazer cessar os seus efeitos.

Feito em Lisboa, em duplicado, aos 6 de Setembro de 1951.

Pelo Governo Norueguês:

H. C. Berg.

Pelo Governo Português:

Paulo Cunha.

**Avenant à la Convention de Commerce et de Navigation
entre la Norvège et le Portugal et au Protocole Additionnel,
signés à Lishonne le 13 novembre 1931**

ARTICLE 1^{er}

La Convention de Commerce et de Navigation entre la Norvège et le Portugal, ainsi que le Protocole Additionnel, du 13 novembre 1931, continueront en vigueur, avec les modifications et additions stipulées dans les articles suivants.

ARTICLE 2

Les entreprises de navigation norvégiennes, ainsi que les navires norvégiens, leurs passagers et leurs marchandises, ne seront pas assujettis, au Portugal continental, aux îles adjacentes et dans les territoires portugais d'outre-mer, à des droits ou impositions autres ou plus élevés, ni à des conditions ou restrictions autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les navires portugais ou de tout autre État, leurs passagers et leurs marchandises.

Cette égalité de traitement s'applique notamment à la liberté d'accès des ports, à leur utilisation, à la complète jouissance des commodités accordées à la navigation, aux opérations commerciales pour les navires, leurs marchandises ou leurs passagers, aux facilités de toutes sortes relatives à l'attribution de places à quai, au chargement et au déchargement, aux droits et taxes de toute nature applicables aux navires, à leurs marchandises ou à leurs passagers (tels que droits de douane ou assimilés, droits d'octroi ou de consommation, frais accessoires), perçus au nom ou pour le compte du Gouvernement, des autorités publiques, des concessionnaires ou établissements de toutes sortes.

Le même traitement sera accordé aux entreprises de navigation et aux navires portugais, ainsi qu'à leurs passagers et à leurs marchandises, en Norvège.

ARTICLE 3

Le traitement des navires nationaux ou celui de la nation la plus favorisée ne sera pas étendu :

- a) À l'application des lois spéciales, concernant la marine marchande nationale, et ayant en vue de favoriser au moyen de primes et autres facilités spéciales les nouvelles constructions et l'exercice de la navigation ;
- b) Aux faveurs accordées aux sociétés de sport nautique ;
- c) À l'exercice du service maritime dans les ports, les rades et les plages. Le service maritime comprend remorquage, pilotage, assistance et sauvetage maritime ;
- d) À l'émigration et au transport d'émigrants ;
- e) Au trafic entre les ports situés sur les territoires de chacune des Hautes Parties Contractantes, y compris leurs territoires dépendants et d'outre-mer. Le dit trafic continuera d'être réglementé par les lois en vigueur ou par

celles qui dans l'avenir seront mises en vigueur respectivement dans chacun des deux pays ;

f) À l'exercice de la pêche dans les eaux territoriales des Hautes Parties Contractantes.

ARTICLE 4

Le texte du numéro 4 du Protocole Additionnel est remplacé par ce qui suit :

Pour le reste sont applicables les conditions habituelles de vente de la Société Vinmonopolet conformes aux clauses de la Convention, entre autres son article 4, § 2.

ARTICLE 5

Le présent Avenant entre en vigueur à la date de sa signature et remplace l'Avenant du 4 septembre 1934 à la Convention de Commerce et de Navigation entre la Norvège et le Portugal et au Protocole Additionnel, signés à Lisbonne le 13 novembre 1931. Il restera en vigueur jusqu'à l'expiration d'un délai de six mois à compter du jour où l'un des deux Gouvernements aura notifié à l'autre son intention d'en faire cesser les effets.

Fait à Lisbonne, en double exemplaire, le 6 septembre 1951.

Pour le Gouvernement Norvégien :

H. C. Berg.

Pour le Gouvernement Portugais :

Paulo Cunha.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 18 de Abril de 1953. — O Director-Geral, *José Augusto Correia de Barros.*

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 14 366

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte :

1) Em Cabo Verde

Nos termos do § 1.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946 :

a) Reforçar com 6.000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 212.º, n.º 1), alínea a) «Encargos gerais — Despesas diversas — Alimentação, passagens e repatriação a indigentes — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, usando para contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 7.º, artigo 154.º, n.º 2) «Obras públicas, agrimensura e cadastro — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal contratado», da mesma tabela de despesa.

2) Na Guiné

Nos termos do § 1.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946 :

a) Reforçar com 10.000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 267.º, n.º 8), alínea a) «Encargos gerais — Diversas

despesas — Alimentação, passagens e repatriação de indigentes — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, usando para contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 10.º, artigo 264.º, n.º 1), alínea b) «Encargos gerais — Despesas de comunicação fora da província — Portes de correios e telégrafos — Telégrafos», da mesma tabela de despesa.

3) Em S. Tomé e Príncipe

Nos termos dos §§ 4.º e 5.º do artigo 3.º e artigos 6.º e 7.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida no excesso de cobrança sobre as previsões orçamentadas:

a) Abrir um crédito especial de 748.847\$09, destinado a reforçar, com as importâncias que se indicam, as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1952:

CAPÍTULO 4.º

Artigo 33.º, n.º 1) «Serviços de administração civil — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Encargos administrativos — Participação em receitas do imposto individual»	15.973\$00
Artigo 80.º, n.º 2) «Serviços de saúde — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Encargos administrativos — Participação em receitas»:	
Alínea a) «Das operações cirúrgicas»	5.228\$00
Alínea c) «Do imposto fiscal das especialidades farmacêuticas»	939\$10

CAPÍTULO 5.º

Artigo 112.º, n.º 2) «Serviços de Fazenda — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Despesas de fiscalização — Participação em multas por transgressão dos regulamentos de contribuição industrial, do imposto sobre as sucessões, doações e siza e do regulamento e tabela geral do imposto do selo».	19.175\$10
Artigo 132.º, n.º 2) «Serviços aduaneiros — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Participação em vendas, cobranças e heranças — Emolumentos pessoais»	236.456\$50

CAPÍTULO 8.º

Artigo 214.º, n.º 5) «Serviços militares — Diversas despesas — Fundo de Defesa do Império Colonial»	459.139\$29
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------

CAPÍTULO 10.º

Artigo 243.º «Encargos gerais — Diversas despesas»:	
N.º 16) «Para pagamento à Junta de Exportação do Café Colonial»	284\$40
N.º 17) «Para pagamento à Junta de Exportação do Café Colonial (parte das taxas de licença para exportação e reexportação)»	11.651\$70
	<hr/>
	748.847\$09

4) Em Angola

Nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos:

a) Abrir um crédito especial de ang. 81.107,10 para pagamento da pensão anual total de preço de sangue de 25.725\$60, desde 6 de Novembro de 1950 a 31 de Dezembro de 1953, concedida a Maria José da Silva Oliveira, Maria da Anunciação da Silva Oliveira e Manuel da Silva Barbosa de Oliveira, respectivamente viúva e filhos do engenheiro agrónomo de 2.ª classe

do quadro comum do ultramar Manuel Maria Barbosa de Oliveira.

b) Abrir um crédito especial de 1:000.000\$ para custear as despesas com a reunião em Luanda da Comissão Regional da África Austral para a Utilização e Conservação do Solo.

5) No Estado da Índia

Nos termos do § 4.º do artigo 3.º e artigo 7.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida no excesso de cobrança sobre as previsões orçamentadas:

a) Abrir um crédito especial de rup. 172:820-03-09, destinado a reforçar, com as importâncias que se indicam, as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1952:

CAPÍTULO 2.º

Artigo 20.º, n.º 2), alínea a) «Governo do distrito de Damão — Remunerações acidentais — Participações em vendas, cobranças e heranças — Emolumentos pelas traduções particulares ao tradutor da língua inglesa»	8-04-00
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

CAPÍTULO 4.º

Artigo 49.º, n.º 2) «Direcção da Administração Civil — Remunerações acidentais — Participação em vendas, cobranças e heranças»:	
Alínea b) «Emolumentos ao conservador-geral do Registo Civil»	42-05-06
Alínea d) «Emolumentos por traduções particulares ao tradutor de inglês e franceses»	325-15-00

Artigo 58.º, n.º 3), alínea a) «Administrações dos concelhos — Remunerações acidentais — Outros encargos administrativos — Emolumentos por execuções fiscais administrativas»	349-06-06
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Artigo 78.º, n.º 2) «Liceu Nacional Afonso de Albuquerque — Remunerações acidentais — Participação em vendas, cobranças e heranças — Emolumentos ao pessoal da secretaria»	62-13-03
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

Artigo 129.º, n.º 2) «Serviços de saúde e higiene — Remunerações acidentais — Participação em vendas, cobranças e heranças»:	
Alínea b) «Emolumentos ao chefe dos serviços farmacêuticos»	17-00-00
Alínea c) «Emolumentos aos médicos do quadro, delegados e subdelegados de saúde por atestados passados para os efeitos do Decreto n.º 27 502, de 30 de Janeiro de 1937»	29-00-00

Artigo 135.º, n.º 2) «Instituto Bacteriológico — Remunerações acidentais — Encargos administrativos — Participações em receitas — Remuneração pelo tratamento anti-rábico»	1:762-02-00
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------

Artigo 157.º, n.º 2) «Polícia do Estado da Índia — Remunerações acidentais — Despesas de fiscalização — Participação em multas e apreensões do pessoal da Polícia do Estado da Índia»	2:611-13-03
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------

CAPÍTULO 5.º

Artigo 178.º «Serviços de Fazenda e contabilidade — Remunerações acidentais»:	
N.º 2), alínea a) «Despesas de fiscalização — Participação em multas — Multas por transgressões aos regulamentos das contribuições e impostos a cargo da Fazenda»	14:099-09-09
N.º 3) «Participação em vendas, cobranças e heranças»:	
Alínea a) «Emolumentos de contratos lavrados»	451-02-00
Alínea b) «Emolumentos do pessoal das repartições de Fazenda concehlias»	49:392-15-09

N.º 4), alínea a) «Encargos administrativos — Participação em receitas — Percentagem de adicionais municipais aos recebedores de Fazenda» 3:707-12-09

Artigo 188.º «Serviços aduaneiros — Remunerações accidentais»:

N.º 1) «Despesas de fiscalização — Participação em multas»:
Alínea a) «Do pessoal do quadro técnico e auxiliar» 18:293-04-03
Alínea b) «Do pessoal da Guarda Fiscal» 6:421-06-06

N.º 2), alínea a) «Participações em vendas, cobranças e heranças — Emolumentos pessoais do pessoal interno, menor, do tráfego, Guarda Fiscal, fiscalização aduaneira e processo do contencioso aduaneiro e sanitário» 44:108-12-06

CAPÍTULO 6.º

Artigo 226.º, n.º 2), alínea a) «Serviços de justiça — Comarcas e julgados — Remunerações accidentais — Participações em vendas, cobranças e heranças — Emolumentos — Para pagamento de emolumentos do registo predial» 6:596-01-00

CAPÍTULO 7.º

Artigo 262.º, n.º 1) «Serviços de automobilismo — Remunerações accidentais — Despesas de fiscalização — Participações em multas — Multas dos membros das comissões técnicas de automobilismo» 1:090-15-06

Artigo 270.º, n.º 2) «Repartição de Fomento — Remunerações accidentais — Despesas de fiscalização — Participação em multas — Multas nos termos do artigo 147.º do regulamento aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 644, de 30 de Março de 1933» 361-09-09

CAPÍTULO 9.º

Artigo 308.º «Serviços de marinha — Capitania dos portos e suas delegações — Remunerações accidentais»:
N.º 2) «Despesas de fiscalização — Participações em multas» 685-04-06

N.º 3) «Participações em vendas, cobranças e heranças — Emolumentos ao pessoal» 22:402-10-00
172:820-03-09

Nos termos do § 5.º do artigo 3.º e artigo 6.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida no excesso de cobrança sobre a previsão total das receitas orçamentais:

b) Abrir um crédito especial de rup. 12:755-01-00, destinado a reforçar, com as importâncias que se indicam, as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1952:

CAPÍTULO 5.º

Artigo 188.º, n.º 3), alínea a) «Serviços aduaneiros — Remunerações accidentais — Encargos administrativos — Participação em recei-

tas — Percentagem sobre as receitas cobradas para o Estado a distribuir pelo pessoal técnico e auxiliar» 11:935-10-03

CAPÍTULO 7.º

Artigo 247.º, n.º 4) «Direcção dos Serviços de Obras Públicas — Remunerações accidentais — Encargos administrativos — Participação em receitas — Remuneração ao encarregado da cobrança domiciliária pelo consumo de água canalizada na cidade de Goa» 102-14-09

Artigo 262.º, n.º 2) «Serviços de automobilismo — Remunerações accidentais — Encargos administrativos — Participação em receitas — Percentagem aos membros das comissões técnicas de automobilismo» 716-08-00
12:755-01-00

Nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos:

c) Abrir um crédito especial de rup. 37:184-02-06, para pagamento do subsídio de residência concedido aos magistrados, nos termos do § 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 38 502, de 10 de Novembro de 1951, relativamente ao período de 12 de Dezembro de 1951 a 31 de Dezembro de 1953.

d) Abrir um crédito especial de rup. 170:000, destinado-se rup. 50:000 à construção do posto policial em Doromarogo e rup. 120:000 à construção do Hospital de Diu.

e) Abrir um crédito especial de rup. 82:000, destinado à construção da enfermaria regional em Silvassá.

f) Abrir um crédito especial de rup. 186:350-10-00, destinado a custear as despesas com a conclusão das instalações para o pessoal das estações radioeléctricas em Bambolim.

6) Em Macau

Nos termos do § 1.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946:

a) Reforçar com 11.000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 212.º, n.º 3), alínea a) «Encargos gerais — Despesas de comunicações fora da província — Transporte de material, fretes e seguros, despachos e outras despesas conexas — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, usando para contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 101.º, n.º 3) «Policia de Segurança Pública — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal assalariado», da mesma tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 5 de Maio de 1953.— Pelo Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Estado da Índia e Macau.— *R. Ventura*.